

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES

Dados abertos emergem como um tópico de crescente relevância no Brasil, demandando uma discussão mais aprofundada e enfática, especialmente considerando a adesão limitada aos padrões internacionalmente reconhecidos, conforme identificada nos portais estaduais. Os benefícios da utilização dos dados abertos, conforme apontado por Giglia e Swan (2012), transcende os benefícios puramente acadêmicos, estendendo-se ao tecido social mais amplo. No domínio científico, os dados abertos catalisam o acesso, comparação, e debate de informações, fomentando a geração de novos conhecimentos. No contexto social, a disponibilização de dados confere aos cidadãos um maior empoderamento, enriquecendo a sua participação e compreensão em esferas políticas, culturais e científicas.

Esta pesquisa atingiu seus objetivos iniciais ao avaliar a transparência das informações econômico-financeiras nos Portais de Dados Abertos dos governos estaduais brasileiros. Mediante uma análise criteriosa, foi possível examinar a autenticidade, compreensibilidade e potencial de reutilização dos dados abertos disponibilizados. Os resultados destacaram áreas críticas que necessitam de melhorias significativas, evidenciando a importância de estratégias de governança de dados mais robustas e eficientes. O estudo não apenas identificou as lacunas existentes, mas também forneceu uma base para futuras iniciativas de aprimoramento na gestão de dados abertos governamentais.

A cultura de compartilhamento e reutilização de dados, aliada à inclusão ativa dos cidadãos no processo de pesquisa, não só propicia o avanço do conhecimento científico, como também abre novos horizontes profissionais e oportunidades de colaboração. Essas práticas, intrinsecamente ligadas à evolução da ciência, são vitais para o contínuo progresso e inovação em diversas áreas do saber (Henning *et al.*, 2019). Estamos, portanto, testemunhando uma transformação paradigmática na prática científica, em que novas normativas, práticas e políticas estão sendo moldadas. Segundo Silva, Monteiro e Reis (2020), à medida que os dados abertos estão relacionados ao grau de participação e controle social, isso estimula o reconhecimento por parte da sociedade civil de seu direito ao acesso e entendimento das informações públicas, constituindo um elemento fundamental para fomentar o controle social e a participação cidadã.

Este estudo evidenciou variações significativas nos critérios de compreensibilidade, autenticidade e reusabilidade dos dados avaliados por intermédio do modelo OpenGovB, nos portais governamentais estaduais. Observou-se que, de uma forma geral, esses portais apresentaram pontuações baixas, refletindo um padrão de evolução insuficiente rumo à transparência reconhecida internacionalmente. Notavelmente, a autenticidade dos dados

emergiu como um desafio significativo para essas entidades, evidenciando a necessidade de estratégias aprimoradas para garantir a confiabilidade dos dados disponibilizados.

A análise comparativa entre os estados brasileiros permitiu a elaboração de um panorama da situação dos conjuntos de dados econômico-financeiros dos portais de dados abertos estaduais. Esta análise revelou não só o nível variado de transparência em diferentes regiões, mas também destacou áreas críticas para aprimoramento. Uma questão premente é a padronização dos dados, essencial para a comparabilidade e eficácia no uso dessas informações. A falta de um formato comum para apresentação dos dados nos portais dificulta a análise e a utilização efetiva dos dados, sugerindo a necessidade de diretrizes nacionais para uniformizar a apresentação e o tratamento dessas informações.

Essas constatações ecoam em estudos internacionais, que também identificaram desafios semelhantes na gestão de dados abertos. Por exemplo, Petychakis *et al.* (2014) realizaram um estudo com os países da União Europeia, onde investigaram principalmente os governos centrais, descobrindo a inexistência de uma política uniforme no fornecimento de informação do setor público e uma variação significativa na qualidade das fontes de dados entre os países. Vicente-Paños e Jordán-Alfonso (2017) observaram nas comunidades autônomas da Espanha uma grande variação no nível de implementação dos portais de dados abertos, refletindo diferenças no número de conjuntos de dados publicados. Da mesma forma, Gill, Corbett e Sieber (2017), em um estudo com municípios no oeste do Canadá, identificaram lacunas entre a administração pública e os cidadãos, destacando diferenças fundamentais na forma como os governos concebem os dados em diferentes escalas de governo.

O desafio da padronização dos portais de dados abertos governamentais tem sido uma preocupação persistente, evidenciado pelo Projeto de Lei nº 7804/14, proposto em 2014, conforme já mencionado. Essa iniciativa surgiu como resposta à falta de padrões uniformes e ao uso de formatos incompatíveis para a ampla utilização de dados por terceiros. Esta lacuna tem dificultado, por exemplo, a comparação de dados entre diferentes entidades. Contudo, até o momento, esse projeto não progrediu, deixando ainda pendente a questão da padronização no contexto nacional. Outro aspecto crítico é a baixa adesão dos portais estaduais aos dados abertos, uma questão que deve ser analisada à luz dos princípios internacionalmente reconhecidos sobre o que são os dados abertos. É essencial fomentar discussões e estratégias que promovam uma maior adoção dos dados abertos, visando à ampliação do conhecimento e sua efetiva utilização.

Neste panorama, as teorias do *Disclosure* e da Agência fornecem lentes analíticas para compreender a dinâmica e os impactos da abertura de dados governamentais. A Teoria do

*Disclosure*, especificamente, ressalta a importância da divulgação aberta e completa de informações como um pilar para a tomada de decisão informada e a governança eficiente. No cenário dos dados abertos governamentais, esta teoria se manifesta na necessidade de disponibilizar informações de maneira não apenas acessível, mas também compreensível e útil para os *stakeholders*. A pesquisa constatou que a falta de clareza, autenticidade e reutilização dos dados compromete significativamente a eficácia do *disclosure* na administração pública. Quando os dados não são apresentados de forma clara ou são difíceis de interpretar, a capacidade dos cidadãos de tomar decisões informadas e participar ativamente da governança pública é prejudicada.

Adicionalmente, a aplicação da Teoria da Agência neste contexto revela aspectos fundamentais da relação entre governos e cidadãos. Esta teoria postula que, em qualquer relação em que uma parte (agente) é designada para agir em nome de outra (principal), existem desafios inerentes devido à assimetria de informação. Os resultados deste estudo revelam que a transparência insuficiente nos dados abertos pode intensificar os desafios da Teoria da Agência, especialmente no que se refere à *accountability* e à responsabilidade fiduciária dos governos perante seus cidadãos. Uma transparência robusta nos dados é essencial para assegurar que os agentes (governos) estejam atuando de acordo com os melhores interesses dos principais (cidadãos), e não apenas seguindo seus próprios objetivos. Assim, a transparência torna-se um mecanismo eficaz para reduzir a ocorrência de conflitos de agência, promovendo uma governança mais ética e alinhada com as necessidades e expectativas dos cidadãos. As limitações desta pesquisa residem na adoção parcial do modelo OpenGovB, centrando-se exclusivamente na análise dos fatores que influenciam a transparência dos dados econômico-financeiros dos portais governamentais. O modelo OpenGovB também considera a participação e colaboração de *stakeholders* através de uma abordagem qualitativa, aspecto este que não foi abordado no estudo. Além disso, a escolha dos conjuntos de dados foi confinada a uma única categoria, limitando assim a abrangência da pesquisa.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo para incluir outras categorias de dados abertos e aplicar o modelo em diversos contextos governamentais, como municípios, e investigar a relação entre a transparência dos dados abertos e indicadores socioeconômicos. Além disso, seria interessante explorar a percepção dos usuários e *stakeholders* sobre a qualidade e a utilidade das informações disponibilizadas nos portais, bem como analisar o impacto do uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e *blockchain*, na promoção da transparência e no combate à corrupção. Por fim, as recomendações do estudo

proporcionam orientações para aprimorar as políticas e práticas relacionadas à transparência e governança de dados abertos.